

Agora, 59 dias

JOELMIR BETING

*Economista
Mário*

Tancredo Neves assume, hoje, a autoridade de Presidente eleito. Nessa condição, passa a opinar e a decidir, sem constrangimento, sobre os problemas do Brasil e os projetos do Governo. Por natureza, a escalção do Ministério é o seu primeiro ato administrativo, antes da posse.

A escolha dos ministros, avisa Tancredo Neves, faz o gênero da "decisão sem pressão", assunto pessoal e intransferível. O Presidente eleito faz da "carta branca" menos um exercício de poder monárquico e mais um mecanismo de acomodação das tensões e das colisões que acompanham, normalmente, qualquer composição política do tipo Aliança Democrática.

Vale lembrar que a Aliança, viabilizada pela figura humana de Tancredo Neves, funciona como projeto eleitoral e não, necessariamente, como programa político.

Essa colocação meridiana encaixa-se na armação já deslanchada da política econômica do futuro Governo: as propostas de mudança e de solução dos graves problemas da economia em pane, originárias da própria Aliança Democrática, aparecem superpostas, paralelas, conflitantes.

Muito natural. As forças que se embaralham na Aliança Democrática percorrem todo o leque da sociedade brasileira. Tanto assim, que o esquema aliancista vale por um autêntico pacto social no plano político-eleitoral. Na usinagem do novo modelo econômico, o novo Governo já hospeda verdadeira montanha de programas, projetos, propostas, sugestões, conselhos, recomendações, memoriais, manifestos, discursos...

Nunca se viu tamanha participação coletiva na armação de um programa mínimo de governo sobre matéria econômica.

Coordenador da assessoria econômica de Tancredo Neves, o economista José Serra diz ao colunista que a contribuição social, assim destilada, bate com a idéia da democratização das decisões de governo, mas submete os encarregados da programação econômica aos riscos da indigestão.

A própria conformação da equipe de programadores traduz a grande angular da objetiva política de Tancredo Neves: estruturalistas, monetaristas, fabianos e keynesianos fazem o "liquidificador" da nova política econômica. De certa forma, a composição da Copag — Comissão do Plano de Ação do Governo, reflete o espectro da própria Aliança Democrática, que vai da direita esquerda, com ponderação maior pelo centro.

A preocupação é de empresários do eixo Rio—São Paulo: conseguirá a Copag, assim formada e assim cobrada, modular um plano de ação holístico e operacionalizável, independentemente do seu aparato doutrinário?

Um único documento, dentre centenas, ocuparia o expediente da Copag até março — o programa "Nova República", do PMDB. Tanto mais, porque teria de ser publicamente cotejado ou ajustado com as teses laterais oferecidas pela Frente Liberal, à direita do eixo. E um Governo casado com a abertura política não poderia ignorar a pauta de interesses produzida pelo dispositivo sindical, em nome da classe trabalhadora, à esquerda do centro.

Na deglutição da gigantesca feijoada, com data marcada, a

Copag "corre contra o relógio", suspira Hélio Beltrão, calejado perito em programação.

Rotulada bem a propósito de comissão dos 100 dias, o Grupo dos Seis (José Serra, Hélio Beltrão, Celso Furtado, Sérgio Quintella, Luciano Coutinho e Sérgio de Freitas) alcança o Colégio Eleitoral já na condição de comissão dos 59 dias. Com um detalhe importante: a partir de amanhã, sem melindre protocolar ou constrangimento político, a Copag passa a trabalhar por dentro da Seplan, mais o Bacen, o Ipea, o IBGE, a FGV, a Sudene, a Sest, o Iapas, o BNH, o BNDES, o Basa, o Dasp, a CFP, o Cenfaz, a SEI, o Emfa, o FMI...

A palavra de ordem é do Presidente Figueiredo: abrir gabinetes, orçamentos, programas e arquivos aos assessores credenciados de Tancredo.

O conhecimento do "estado de saúde" do paciente, por dentro do sistema estabelecido, deve acelerar a produção do diagnóstico e a montagem do plano de ação do Governo, na expectativa de Hélio Beltrão.

Por plano de ação entenda-se menos um novo modelo econômico de longo prazo ou um programa de emergência para meio ano e mais uma classificação das prioridades nacionais a nível de decisão de Governo. Uma classificação informada pelo aqui e pelo agora da atividade econômica, da realidade social, da cobrança política e da limitação física.

De novo, a dura lição da literatura econômica dos povos: o descompasso entre o discurso e o recurso. No momento brasileiro, a obra da redenção nacional tropeça nos limites da armadura da crise. Já batemos no fundo do poço, mas ainda estamos bloqueados dentro do poço.

Quais são os bloqueios?

Pela ordem, a massa crítica do "déficit" público, na soma do federal com o estadual e o municipal. Além de descomunal, cerca de 18 por cento do PIB, o "déficit" revela-se incompressível (uma recessão dolorosa de quatro anos reduziu-o de 22 para 18 por cento do PIB).

O resto é o resto.

Um governo reformista por excelência terá de estruturar-se física e politicamente para a redução administrada do "déficit" público.

O "déficit" é a matriz da dívida interna, da dívida externa, da inflação autotélica, da recessão purgativa, do desemprego corretivo, da insolvência cambial, do empobrecimento nacional. Um "déficit" adorado nas causas: o Brasil do pau-na-máquina, o País que mais-cresce-no-mundo, o passo-maior-que-a-perna, o fazer cinquenta-anos-em-cinco.

Projeto nacional invariavelmente maior que o recurso disponível, a economia brasileira saltou, em duas décadas, do 49º para o 8º lugar no ranking mundial. Um milagre sem aspas feito de poupança alheia (dívida externa), poupança falsa (moeda primária) e estatização da renda social, via inflação híbrida, dívida pública, carga fiscal, bloco estatal, intervenção governamental.

O sonho acabou. O sonho do banquete de graça.

Quando o garçom apresentou a nota, em 1979, 81 foi o que se viu e o que se vê: quebra-quebra no restaurante, com meio Brasil amaldiçoando a comida servida e cuspiendo no prato rapado.